



ISSN 1414-7866 (versão impressa)
ISSN 2448-3605 (versão on-line)

Paraná Eleitoral
revista brasileira de direito
eleitoral e ciência política

tre-pr nusp/ufpr ninc/ufpr

v. 4 n. 3 2015

Entre Arena e MDB: análise das trajetórias dos remanescentes do Partido Libertador frente à ruptura democrática de 1964

Oscar Berg, Taiane Bringham e Suliane Cardoso

Resumo

Com o Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965, as instituições partidárias no Brasil foram extintas. Os atores políticos que seguiram na política nacional tiveram de optar entre as duas agremiações criadas pelo regime, Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Poucos estudos demonstram quais foram os caminhos percorridos pelos remanescentes do Partido Libertador (PL) após a sua extinção. Dito isso, este artigo tem como objetivo principal analisar a trajetória dos ex-libertadores no contexto do bipartidarismo brasileiro (1965-1979), com a análise das quatro legislaturas (43ª, 44ª, 45ª e 46ª) da Câmara dos Deputados eleitas nesse período. Para tanto, foi construído um banco de dados com informações coletadas a partir do site da Câmara dos Deputados e do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Como resultado da pesquisa, verificou-se que aqueles remanescentes do PL que continuaram atuando no cenário Legislativo nacional migraram, em sua maioria, para o partido de sustentação da ditadura civil-militar, a Arena. Há um único caso de migração para o partido de oposição, o MDB. Tomando em consideração o histórico de alianças do PL no período anterior ao golpe e o padrão de realinhamento partidário produzido pela instauração do bipartidarismo, podemos concluir que as migrações para a Arena são mais coerentes que aquelas ao MDB.

Palavras-chave: Partido Libertador; Bipartidarismo; Arena; MDB; Migração partidária.

Abstract

After the enactment of the Ato Institucional nº 2, in October 1965, the Brazilian parties were extinguished. The political actors that continued their careers had to choose between the two parties created by the regime, the Aliança Renovadora Nacional (Arena) and the Movimento Democrático Brasileiro (MDB). There are only a few studies analyzing the trajectories of the Libertador Party (PL) remnants after its extinguishment. The current paper aims at analysing the Libertador Party (PL) remnants trajectory in the context of the Brazilian bipartisan system (1965-1979),

Sobre os autores

Mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).

focusing specially in the fourth legislatures of the Chamber of Deputies (43th, 44th, 45th and 46th) elected within this period. For this purpose, a database has been built from the data collected in the Chamber of Deputies website and in the biographical dictionary *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. As a result of the current investigation, it has been verified that those remnants from PL that continued present in the national legislative scene mostly migrated to the dictatorial regime party, the Arena. There is only one case of migration towards the opposition party, the MDB. Taking into account the historical of political alliances made by the PL in the period prior to the 1964 coup and the pattern of partisan realignment produced by the establishment of the bipartisan system, it is possible to conclude that the migrations towards Arena party were more coherent than that towards MDB.

Keywords: *Libertador* Party (Brazil); Bipartisan system; Arena; MDB; Party migration.

Introdução

O presente artigo investiga a alocação de elites políticas na transição entre dois regimes partidários distintos. Em específico, é analisado o caso dos remanescentes do Partido Libertador (PL) na transição entre o regime multipartidário da Quarta República, vigente entre 1946 e 1964, e o regime bipartidário da ditadura civil-militar de 1964, instaurado em 1965 e extinto em 1979, tomando-se como foco da análise a Câmara dos Deputados. O principal objetivo do artigo é identificar a filiação partidária seja à Arena seja ao MDB de ex-libertadores eleitos às cinco legislaturas (42^a, 43^a, 44^a, 45^a e 46^a) escolhidas durante o bipartidarismo. Desta maneira, é possível examinar a inserção dos antigos membros do PL no novo ordenamento partidário brasileiro e as orientações tomadas pelas suas trajetórias políticas a partir de então.

Esforços no sentido de elucidar quem foram os deputados que compuseram a Câmara dos Deputados no período bipartidário, como os de Madeira (2007), fornecem um panorama da composição do legislativo federal no período autoritário. O recorte aplicado por este autor, que concentra a sua análise na formação da Arena nos estados do Rio Grande do Sul, da Bahia e de São Paulo, não permite dar conta, por exemplo, da reconstituição das trajetórias políticas de ex-libertadores que não advinham destes três

estados ou que decidiram filiar-se ao MDB. Assim sendo, o presente artigo busca completar esta lacuna, contribuindo para desenhar um retrato completo da reação dos antigos membros do PL à ruptura democrática de 1964 e à necessidade de alocarem-se em um novo regime político.

Para tanto, o texto foi estruturado da seguinte maneira: na primeira seção, apoiando-se em contribuições como as de Tauffer (2008), Brun (2013) e Cortés (2007), é reconstituído o panorama histórico do surgimento do PL, em um primeiro momento no Rio Grande do Sul, até a sua expansão aos demais estados da federação. Em seguida, de maneira a colocar em perspectiva a atuação do PL na Câmara dos Deputados no período anterior ao golpe e à instauração do bipartidarismo, a segunda seção identifica quem eram os libertadores eleitos à câmara federal, a sua base de recrutamento e as suas respectivas trajetórias políticas. Após breves comentários sobre o contexto da instauração do bipartidarismo na terceira seção, a quarta seção coloca em tela as escolhas partidárias tomadas pelos antigos libertadores remanescentes na Câmara dos Deputados. A partir dos dados disponíveis sobre a bancada do PL na Câmara dos Deputados e da eleição de ex-libertadores no bipartidarismo, é possível correlacionar essa primeira atuação com a manutenção de remanescentes do partido no legislativo ao longo da ditadura, indicando um gradual afastamento dos libertadores da câmara baixa do Congresso. As seções cinco e seis analisam as migrações dos remanescentes do PL à Arena e ao MDB. Ao final, são apresentadas as conclusões do texto.

Quem são os libertadores? O Partido Libertador sob breve panorama histórico

Joaquim Francisco de Assis Brasil e Raul Pilla, dois destacados personagens do cenário político do Rio Grande do Sul, fundaram em 3 de maio de 1928 o Partido Libertador (PL). O partido nasceu e estruturou-se de forma que atendia aos interesses da elite estancieira do estado, que será tanto sua base eleitoral, como também sua base formadora (Tauffer, 2008).

Colocando-se como um “partido de predicação doutrinária, dirigido para o bem público e a felicidade do povo” (Partido Libertador, 1945), as principais diretrizes do PL, na visão de seus fundadores,

eram compostas pela árdua defesa do sistema parlamentarista, que será a principal marca do partido ao longo de sua história; a democracia representativa, percebida como uma condição essencial para o bem comum e, portanto, o espaço no qual avançaria o ideal libertador; o liberalismo econômico, adotado de acordo com o seu conceito clássico; o regime federativo, defendendo uma maior autonomia aos estados e o voto secreto, sendo o “sigilo absoluto do sufrágio eleitoral, como condição impreterível da sua moralidade” (*Idem*).

Em 24 de setembro de 1945 o partido, que até então atuava somente em nível regional, ganhou o registro de partido nacional, projetando-se para além das fronteiras sul-rio-grandenses. No registro de refundação pela Resolução nº 325 (Brasil, 1945), o PL contava com 15.222 inscritos, distribuídos pelos estados do Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. No entanto, a direção do partido era dominada por gaúchos, tendo Raul Pilla como presidente partidário, Orlando da Cunha Carlos como vice-presidente e Décio Martins Costa como 2º vice-presidente. Além disso, a sede permanente do partido fora fixada na cidade de Porto Alegre, capital gaúcha (Cortés, 2007).

Ao longo do tempo, o PL ganhou maior projeção no país, mas manteve uma de suas principais características: a de ser um partido essencialmente regional, isto porque sua maior força de atuação, assim como seus principais líderes, eram oriundos do estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, os políticos Raul Pilla e Paulo Brossard. Ademais, a principal base eleitoral do partido também continuou advinda do referido estado. Como menciona o historiador Carlos Cortés (2007) em obra sobre a história política do Rio Grande do Sul, é somente em 1950 que o PL terá em seu diretório nacional membros oriundos de outros estados, o que demonstra a dificuldade do partido em projetar-se para além de seu estado de fundação.

Assim como os demais partidos políticos em atuação no momento do golpe, o PL foi diretamente atingido pelos casuísmos do regime instalado após 1964, em especial, pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2) e pelo Ato Complementar nº 4 (AC-4), que, como veremos a seguir, regeram a extinção destas formações partidárias e a sua substituição por aquelas do bipartidarismo. Como já visto, não se tratou da primeira vez na qual o PL teve sua atuação interrompida por um regime autoritário.

No entanto, diferentemente do ocorrido com o retorno à democracia, em 1945, quando, após o término do Estado Novo, o PL retomou as suas atividades, nem a flexibilização do sistema partidário, em 1979, nem o ulterior retorno à democracia, seja em 1985 com a posse do primeiro governo civil desde o golpe de 1964 seja em 1989 com a primeira eleição direta à presidência da República em 29 anos e a posterior investidura do candidato eleito, não foram acompanhados pela refundação do PL, deixando para a história seu legado e vendo suas antigas pautas se fragmentarem em diferentes formações, como o parlamentarismo, no caso do PSDB, e a defesa do modelo liberal, no caso do PFL.

Atuação dos libertadores na Câmara dos Deputados até as portas do golpe: análise de trajetória

Para melhor compreender os efeitos do movimento de transição ao regime bipartidário sobre os remanescentes do PL, faz-se necessário uma breve análise da atuação destes no período anterior ao golpe civil-militar de 1964. Portanto, foram selecionadas as seguintes legislaturas da Câmara dos Deputados: 40^a (1955-1959), 41^a (1959-1963) e 42^a (1963-1967), por corresponderem às três últimas eleitas sob a República *Populista*, em um contexto de aprofundamento da instabilidade política e radicalização dos polos trabalhista (representado pelo PTB) e conservador (reunido em torno, sobretudo, de PSD e UDN), que levou a uma primeira tentativa fracassada de golpe, em 1961, e, finalmente, à ruptura democrática de 1964 (Figueiredo, 1993). Essas legislaturas correspondem, ainda, ao período em que o PL conseguiu gradualmente penetrar outros estados para além do Rio Grande do Sul, rompendo as fronteiras de seu estado de origem.

No entanto, como os estudos sobre os libertadores e a sua atuação na Câmara dos Deputados nesse período ainda carecem de um olhar mais aprofundado, foi necessário, em um primeiro momento, realizar a construção de um banco de dados próprio. Importante ressaltar que o foco de pesquisa dos dados neste artigo se sustenta a partir da análise das trajetórias políticas¹ dos remanescentes do

1. Costa *et al.* (2015), por exemplo, utiliza como foco de análise de dados o conceito de carreira. No entanto, uma vez que o presente artigo visa identificar e a ascensão projeção dos atores políticos aqui estudados, optamos por usar a trajetória dos remanescentes do PL como foco na pesquisa dos dados aqui utilizados.

PL. Para tanto, foram escolhidas duas fontes principais para a construção do banco.

Por um lado, o *site*² da Câmara dos Deputados foi utilizado para extrair das listas de eleitos aqueles filiados ao PL. O *site* possibilitou, também, o acesso ao número de votos recebidos por cada eleito em cada estado, auxiliando a demonstrar de maneira clara e objetiva quem eram os libertadores presentes na Câmara dos Deputados e qual era a sua base de votos em cada eleição. Por outro lado, foram usados os verbetes “on-line” do *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro* (DHBB), do CPDOC-FGV³, que sistematiza notas biográficas sobre indivíduos presentes nas cenas políticas nacional e estadual a partir do levante revolucionário de 1930, agregando dados sobre membros dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Militar, além de funcionários públicos como diplomatas e dirigentes de autarquias e membros de destaque da sociedade civil, como líderes de movimentos sociais e jornalistas (Costa *et al.*, 2015, 78-83). A partir desta fonte, foi possível reconstruir a trajetória de cada libertador, com informações sobre cargos ocupados, partidos filiados, estados de atuação e alianças políticas.

Nas eleições de 1955, o PL elegeu deputados próprios apenas no Rio Grande do Sul⁴. O resultado gaúcho se tratou de uma votação expressiva, com os libertadores se erigindo como a terceira força política no estado, deixando para trás a UDN⁵, que, nacionalmente, se projetava como um partido muito mais expressivo (Cortés, 2007). Nos demais estados, no entanto, o PL formou alianças com outros partidos, por não ter grande projeção para além do RS.

Na Paraíba, coligou-se com PSD e PRP, compondo a Coligação Democrática Paraibana, recebeu 12.3899 votos e elegeu seis deputados. No Piauí, em aliança com PSP e UDN, a Aliança Democrática Progressista conseguiu eleger três deputados. Já em Pernambuco, junto com PSD, PDC, PSP, e PRP, o PL formou a Frente Democrática

2. <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>

3. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o CPDOC pertence a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Possui um grande número de acervos, dos mais diversos, disponíveis on-line.

4. Foram eleitos três deputados, Raul Pilla, com 37.088 votos, Edgar Luiz Schneider, com 17.015 mil votos, e José Pereira Coelho de Souza, com 16.426 votos.

5. Ao final do artigo se encontra um glossário dos partidos, para auxílio na leitura.

Pernambucana, que elegeu 11 deputados. Finalmente, no estado da Bahia, a Coligação Baiana, que uniu o PL a PSD e PRP, assegurou 11 assentos na Câmara dos Deputados⁶.

No entanto, como as fontes de pesquisa utilizadas não permitem identificar a filiação partidária de cada deputado eleito no interior de cada uma destas coligações, foram listadas, no Quadro 1, apenas as legislaturas nas quais a presença libertadora na Câmara dos Deputados é possível de ser identificada em sua integralidade.

Quadro 1 – Atuação dos libertadores na Câmara dos Deputados até 1965

Legislaturas	41ª legislatura (1959-1963)	42ª legislatura (1963-1967)
1	Coelho de Souza	Norberto Schmidt
2	Geraldo Guedes	Plínio Lemos
3	Ivan Bichara	Raul Pilla
4	Lucidio Ramos	Brito Velho
5	Norberto Schmidt	
6	Plínio Lemos	
7	Raul Pilla	
Total:	7	4

Fonte: Dos autores a partir da Câmara dos Deputados e do DHBB-CPDOC (2017).

As eleições de 1958 e 1962 marcam a expansão nacional do PL, com a eleição de deputados não mais apenas no Rio Grande do Sul, mas também na Paraíba e em Pernambuco. Na passagem da 41ª legislatura à seguinte, registra-se, no entanto, uma significativa perda da presença de libertadores na Câmara dos Deputados. Em 1963, Antônio Geraldo de Azevedo Guedes decide concorrer pelo PSD, Ivan Bichara não consegue se reeleger⁷, enquanto Lucidio Ramos não disputa a reeleição, vindo a falecer em setembro de 1965.

Uma das características do PL nesse período era possuir membros com longas trajetórias políticas, com atuação constante no cenário político local e nacional. O Quadro 2 destaca a base de recrutamento dos eleitos a deputado federal pelo partido, nas legislaturas de 1959 e de 1963.

6. Os dados estatísticos estão disponíveis no site da Câmara dos Deputados. *Dados eleitorais: Eleições federais e estaduais realizadas em 1954 e 1955 no Brasil* v. 3.

7. Mais tarde, Ivan Bichara ocuparia o cargo assumindo uma suplência de deputado federal, mas pela legenda do PSD.

Quadro 2 – Base de recrutamento do Partido Libertador

Nome	Profissão	Estado	Migração até 1965
Coelho de Souza	Advogado e Jornalista	RS	-
Lucidio Ramos	Advogado e proprietário agrícola	RS	-
Geraldo Guedes	Advogado	PE	PSD
Ivan Bichara	Advogado	PB	UDN/PSD
Norberto Schmidt	Economista	RS	-
Plínio Lemos	Advogado	PB	UDN
Raul Pilla	Médico e Jornalista	RS	-
Brito Velho	Médico	RS	-

Fonte: Dos autores a partir do site da Câmara dos Deputados e no DHBB-CPDOC (2017).

Com base nos dados apresentados, podemos identificar que a principal base de recrutamento do PL se dá no estado do Rio Grande do Sul, sendo eles 100% do sexo masculino e com formação universitária. Dos nove libertadores, seis deles são advogados, dois médicos e um economista. Nesse período de análise, no contexto social e econômico do Brasil, ter formação universitária predisponha de uma situação econômica estável, pois as poucas universidades que existiam ficavam no centro do país como, sobretudo, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Dados como esse demonstram que os membros do partido provinham de certa elite econômica: eles possuíam instrução universitária e ocupavam postos importantes na sociedade, como os de médico e advogado, sendo que muitos deles mesclavam sua formação com a atividade jornalística. O próprio PL possuía um jornal onde expunha as ideias do partido e suas ações⁸.

O Quadro 3 traz a relação dos cargos ocupados pelos libertadores que atuaram na Câmara dos Deputados, como observados no Quadro 1. A primeira variável (D.F) se refere aos mandatos de deputado federal anteriores ao bipartidarismo. Em seguida, a variável (D.E) corresponde aos cargos de deputado estadual; Sec.: se refere a cargos ocupados em secretarias; Pref: a mandatos de prefeito; C/C: a participações em comissões e conselhos; e A.S: a registros de atividade sindical.

8. O jornal *O Estado de Rio Grande* teve sua primeira publicação em 1928, tendo como objetivo criticar a oposição e disseminar as ideias do partido.

Quadro 3 – Trajetória prévia ao período bipartidário

Nome	D.F	D.E	Sec.	Pref.	C/C	A.S
Coelho de Souza	3	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Lucidio Ramos	2	Sim	Não	Não	Não	Não
Geraldo Guedes	2	Não	Sim	Não	Sim	Não
Ivan Bichara	3	Não	Não	Não	Não	Não
Norberto Schmidt	3	Sim	Não	Não	Não	Não
Plínio Lemos	4	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Raul Pilla	5	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Brito Velho	1	Sim	Não	Não	Sim	Sim

Fonte: Dos autores a partir do site da Câmara dos Deputados e no DHBB-CPDOC (2017).

Por um lado, dos sete deputados estudados, somente Plínio Lemos possui em sua trajetória um mandato como prefeito, em Campina Grande, na Paraíba. Por outro lado, a variável D.F demonstra a grande experiência no legislativo nacional de praticamente todos os libertadores eleitos no período 1955-1965, com uma média de 2,88 mandatos, em um intervalo de cinco mandatos (no caso de Raul Pilla) e um único mandato (caso de Brito Velho).

A experiência como deputado estadual também atesta a maior proximidade dos libertadores com o Poder Legislativo, assim como demonstra a relação com as suas respectivas regiões, pois é, geralmente, a partir deste ambiente que se projetam para o cargo federal. De um modo geral, é possível desenhar um quadro de longas trajetórias anteriores ao bipartidarismo para os deputados federais do PL, em especial, quando consideradas as suas experiências legislativas, acompanhadas pela passagem em comissões para 62,5% dos eleitos e em secretarias para metade deles.

Arena, MDB e a inserção dos “antigos partidos” no sistema bipartidário

A deposição do presidente João Goulart, em 31 de março de 1964, e a instalação de um regime ditatorial civil-militar, que permaneceria em vigor, pelo menos, até 15 de março de 1985⁹

9. Alguns pesquisadores do período entendem a eleição presidencial indireta de 1985 como sendo um marco na redemocratização, dando fim ao regime

promoveram a reestruturação das instituições democráticas de 1946 e a sua tradução em uma nova ordem política marcada pelo autoritarismo. Estruturas básicas da democracia liberal, como eleições e partidos políticos, puderam ser mantidas no regime ditatorial ao custo de terem sido distorcidas em uma lógica autoritária¹⁰ (O'Donnell e Schmitter, 1988). Como afirma Fleischer (1994), as reformas eleitorais promovidas pela ditadura em tiveram como principal preocupação assegurar maiores legitimidades interna e externa para o regime, dotando-o de uma fachada democrática.

Diferentemente do modelo bipartidário propugnado por Laski, que seria “o sistema democrático por excelência em matéria de organização partidária” (Bonavides, 2000, 470), o caso brasileiro não responde a um projeto de valorização da participação popular democrática. De acordo com Schmitt (2000) e Grinberg (2009), o regime autoritário queria evitar, ao mesmo tempo, a criação de um sistema de partido único – refletindo a sua preocupação com a fachada democrática – e a reprodução da fragmentação do sistema partidário anterior – refletindo a sua preocupação com a estabilidade política. Restou, portanto, a alternativa do bipartidarismo.

Apesar da manutenção inicial dos partidos políticos e de eleições, o regime autoritário se serviu, desde o início, de casuísmos para o controle da vida política nacional, em um momento de profunda apreensão acerca do futuro entre a elite política (Skidmore, 1982). Estas intervenções tomaram a forma, por exemplo, de cassações, mudanças dos critérios de elegibilidade, extensão do mandato presidencial de Castelo Branco, retirada dos obstáculos à participação de militares em eleições e extinção da eleição direta às prefeituras das capitais estaduais (Fleischer, 1994). No entanto, nem mesmo a edição de um código eleitoral, em julho de 1965, não foi suficiente para evitar a vitória da oposição, em outubro seguinte, nas eleições aos executivos estaduais de estados estratégicos, como

autoritário. Outros acontecimentos também vão marcando o retorno democrático no país como a constituição de 1988 e a eleição direta para presidente da República em 1989.

10. Por exemplo, postos-chave do ordenamento político brasileiro, em estados e de cidades consideradas como áreas de segurança nacional (Madeira e Gerardi, 2014), não foram submetidos ao sufrágio direto, sendo preenchidos seja por eleições indiretas seja por processos de nomeação conhecidos por sua pequena transparência e pelo controle do regime.

Guanabara e Minas Gerais. Os efeitos imprevistos destes casuísmos iniciais tornaram necessária a adoção de novas medidas. É neste contexto de desencadeamento de uma nova radicalização por parte do regime (Lamounier e Meneguello, 1986) que foi instaurado o bipartidarismo.

O bipartidarismo brasileiro foi instaurado e teve a sua implementação regida por dois documentos principais. Em primeiro lugar, reagindo às pressões para que anulasse o resultado das eleições anteriormente mencionadas, Castelo Branco baixou, em 27 de outubro de 1965, o AI-2, que extinguiu os partidos em funcionamento, substituindo-os pelas duas únicas formações partidárias cuja vigência seria tolerada. O grande desafio imposto aos partidos era o de conjugar a preservação das suas identidades, “delimitando seu território para além da sigla que os reunia” (Grinberg, 2009, 62). Em seguida, o AC-4, de 20 de novembro de 1965, reagiu à criação das duas novas organizações, que funcionariam provisoriamente como partidos políticos (Lamounier e Meneguello, 1986; Grimberg, 2009).

Percebe-se, no texto destas legislações, por um lado, que caberia aos próprios políticos organizar os novos partidos e, por outro lado, que, em virtude das limitações impostas, esta não seria uma tarefa fácil: “A obrigatoriedade de quase um terço dos 409 deputados e 65 senadores para a formação de novas agremiações impunha à classe política, até então distribuída entre treze partidos, a necessidade de se reagrupar em no máximo três agremiações” (Kinzo, 1980, 218). Verificada a impossibilidade da continuidade das antigas legendas, fórmulas de compromisso tiveram de ser adotadas. A UDN tornou-se a base do partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), enquanto os originários do PTB, que haviam resistido às primeiras ondas de cassações, formaram o partido provisório de oposição, que assumiu o nome de Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A Tabela 1 apresenta os movimentos de migração partidária para a constituição dos partidos do bipartidarismo.

Como podemos perceber, neste momento inicial, a Arena é composta, essencialmente, de remanescentes da UDN e do PSD, assim como de um número expressivo de dissidentes do PTB, os quais, em sua maioria, tomaram a direção da oposição. Com efeito, o MDB foi composto majoritariamente por ex-petebistas, assim como

por uma ala do PSD e por membros de pequenas formações, como MTR e PSB. Os partidos se mesclam de tal maneira que nenhum grande partido (UDN, PSD, PTB) que não tenha registrado migrações para ambos os lados, demonstrando certa diversidade na formação da base de cada partido. Essa situação fez com que antigas rivalidades partidárias locais e regionais fossem incorporadas dentro das novas organizações, com efeitos especialmente perversos para o partido de sustentação do regime:

Tabela I – Quadro geral de migrações na Câmara dos Deputados em 1966

Partidos Antigos	Arena	MDB	Total de migração
UDN	86	9	95
PSD	78	43	121
PSP	18	2	20
PR	4	-	4
PL	3	1	4
PRP	5	-	5
PTB	38	78	116
PDC	13	6	19
PTN	8	4	12
PST	2	-	2
PRT	2	2	4
MTR	-	3	3
PSB	-	2	2
TOTAL	257	150	410

Fonte: Dos autores a partir de Kinzo (1988, 32).

Quanto maior o número de partidos a que os parlamentares arenistas eram anteriormente filiados, maior será o grau de heterogeneidade das bancadas e, conseqüentemente, menor tende a ser o grau de coesão das mesmas. Seguindo o mesmo raciocínio, um menor número de organizações partidárias indica uma maior homogeneidade, aspecto que favorece um aumento no grau de coesão das bancadas arenistas. No entanto (para além de se identificar o número de partidos), identificar, ao menos em suas linhas gerais, a relação existente entre os partidos políticos do período multipartidário anterior é imprescindível uma vez que a comunhão de experiências não pressupõe, necessariamente, o pertencimento a um mesmo partido político. (Madeira, 2002, 42)

Tendo em mente o contexto da formação do bipartidarismo brasileiro, é preciso, agora, verificar como se comportaram os remanescentes libertadores em relação ao novo ordenamento institucional e partidário.

O período bipartidário: Arena ou MDB?

Com a entrada em vigor do bipartidarismo, coube aos remanescentes do PL se posicionar em: Arena ou MDB? Apoiar o regime de ditadura militar-civil ou fazer oposição? Continuar no cenário político ou renunciar a ele? Diante dessas opções, cada personagem político desse período buscou diferentes maneiras de se projetar e continuar (ou não) atuando no novo cenário político institucional. Dentre os libertadores, muitos decidiram abandonar suas carreiras políticas, como o fundador e principal figura do antigo partido, Raul Pilla, que chega a filiar-se à Arena, mas logo renuncia à vida política¹¹.

A Tabela 2 resume as escolhas de ex-libertadores diante do novo cenário institucional e partidário, apresentando dados sobre sua presença nas quatro legislaturas da Câmara dos Deputados que correspondem ao período bipartidário (1965-1979) e à filiação partidária então escolhida.

Tabela 2 - Migração de ex-libertadores no contexto bipartidário

Legislaturas	43 ^a (1967-1971)	44 ^a (1971-1975)	45 ^a (1975-1979)	46 ^a (1979-1983)
Arena	3	2	2	-
MDB	1	0	0	-
TOTAL	4	2	2	-

Fonte: Dos autores a partir do site da Câmara dos Deputados (2017).

A migração para Arena e MDB já ocorre na metade da legislatura iniciada no período multipartidário de 1963, sendo que na legislatura de 1967 os atores políticos já estão acomodados em seu novo partido. Como podemos observar, são quatro os remanescentes do PL na primeira legislatura eleita sob o bipartidarismo, sendo três pela Arena

11. Cf. Anais da Câmara dos Deputados (Brasil, 1980).

e um pelo MDB. Na legislatura seguinte, em 1971, registra-se a perda de dois mandatos, o que reduz a presença do partido libertador a dois deputados federais, número de mandatos mantido na legislatura aberta em 1975. Na última ainda eleita dentro do regime bipartidário, iniciada em 1979, não temos a presença de nenhum ex-libertador. Por essa razão, concentramo-nos em entender e observar a trajetória desses quatro libertadores eleitos em 1967, como também entender o porquê da defasagem, iniciada em 1971 que levou o desaparecimento dos ex-libertadores da Câmara dos Deputados, em 1979.

Ainda temos um possível caso de migração da Arena para o MDB de Norberto Schmidt, pois, conforme a relação de eleitos na legislatura de 1975 do *site* da Câmara dos Deputados, Schmidt é contabilizado como sendo deputado do MDB. Para conferir a veracidade dessa informação recorreu-se aos verbetes bibliográficos e demais materiais de pesquisa sobre o deputado, não sendo encontrada nenhuma relação de Schmidt com o MDB, o que foi descartada desta análise (Quadro 4).

Quadro 4 – Relação dos ex-libertadores na Câmara dos Deputados

Legislatura	1967-1971	1971-1975	1975-1979	1979-1983
Brito Velho	Sim	Não	Não	Não
Vasco Amaro	Sim	Sim	Sim	Não
Norberto Schmidt	Sim	Sim	Sim	Não
Paulo Brossard	Sim	Não	Não	Não

Fonte: Dos autores a partir de dados coletados da Câmara dos Deputados (2017).

No Quadro 4, temos elencados os nomes dos ex-libertadores que figuraram na Câmara dos Deputados entre 1965 e 1979. Como visto no Quadro 1, com o fim do bipartidarismo, Brito Velho e Norberto Schmidt conseguiram se reeleger já dentro de suas respectivas novas legendas. Em 1967, Vasco Amaro obteve o seu primeiro mandato na casa, tendo sido reeleito em 1970 e 1974. Passamos, agora, a analisar de forma separada a migração partidária dos ex-libertadores no período em questão.

Migração para Arena

Dos quatro nomes presentes no Quadro 4, três deles migraram inicialmente para a Arena: Brito Velho, Norberto Schmidt e Vasco

Amaro. Levando-se em consideração a trajetória histórica do PL, é possível entender a migração arenista como coerente. Podemos observar que o partido sempre buscou costurar alianças políticas de cunho conservador, com legendas como PRP, PSD e UDN, que se tornaram a base de formação da Arena. Portanto, ela foi entendida como coerente, mesmo o apoio a um regime autoritário sendo divergente das ideias de *democracia e liberdade* defendidas pelos libertadores.

Depois de esclarecer o que se entende por migração coerente, parte-se para análise da trajetória desses três ex-libertadores, de acordo com o Quadro 5. As variáveis utilizadas nessa análise são: quantidade de mandatos ao cargo de Deputado Federal no regime bipartidário (D.F.); de deputado estadual (D.E.), a ocupação de algum cargo de secretaria (Sec.), a participação em comissão ou conselho (C/C), as filiações partidárias após 1979 (Partido após 79) e, por fim, a ocupação de algum cargo de relevância política após 1979 (Cargos pós).

Quadro 5 – Trajetória dos ex-libertadores no regime autoritário

Deputado	D.F.	D.E.	Sec.	C/C	Partido pós-1979	Cargos pós
Brito Velho	1	Não	Sim	Sim	Não possui	Não
Vasco Amaro	3	Não	Sim	Sim	PDS, PPR, PPB, PFL	Sim
Norberto Schmidt	3	Não	Não	Sim	Não possui	Não

Fonte: Dos autores a partir de dados coletados no site da Câmara dos Deputados (2017).

O médico porto-alegrense Carlos de Brito Velho¹² entrou no PL em 1947, construindo uma longa trajetória de atuação política, como visto no Quadro 1. Com o bipartidarismo, filiou-se à Arena, mantendo-se na Câmara dos Deputados nas eleições de 1966. No entanto, em decorrência do AI-5¹³, que ele percebia como um endurecimento do regime autoritário, renunciou ao cargo durante o mandato, não voltando a atuar no cenário político nacional. Em 1972 aposentou-se, vindo a falecer em 1998. Assim, conclui-se que a trajetória política de Brito Velho se deu, basicamente, no regime anterior ao golpe. No entanto, isto não foi suficiente para assegurar a sua permanência no bipartidarismo.

12. Cf.: Verbete sobre Carlos de Brito Velho no CPDOC.

13. O Ato Institucional nº 5, baixado em 13 dezembro de 1968, marca o endurecimento da ditadura civil-militar, e cassou mais de 11 mandatos.

Também do Rio Grande do Sul, Vasco Amaro da Silveira Filho, foi um dos ex-libertadores que mais atuou no bipartidarismo. Ruralista e agricultor, foi vice-presidente do PL em várias ocasiões¹⁴. Filiado à Arena, reelegeu-se deputado federal por três mandatos, tentou novamente o cargo na legislatura de 1979, mas acabou ficando somente com a suplência. Em 1979, com o fim do bipartidarismo, filiou-se ao sucessor direto da Arena, o PDS, pelo qual tentou novamente o cargo de deputado federal, nas eleições de 1982, não sendo eleito. Após essas tentativas de retorno ao legislativo nacional, Vasco Amaro participou de diversas comissões e cargos burocráticos de relevância. Em 1993 migrou para o PPR e, em 1995, para o PPB, sucessores do PDS, terminando em 1996 no PFL, onde ocupou o cargo de diretor regional do partido.

Por último, Norberto Harald Schmidt, que assim como os demais libertadores teve uma longa trajetória política anterior ao golpe de 1964, com atuação em diferentes cargos. A sua carreira foi iniciada em 1950, quando se elegeu deputado estadual pelo PL, conseguindo a reeleição na legislatura seguinte. A partir de então, acumulou experiência em comissões e conselhos (Comissão de Relações Exteriores e das Finanças), obtendo duas reeleições para deputado federal¹⁵. Com o fim do bipartidarismo, afastou-se da vida política devido à problemas de saúde.

Migração para o MDB

Ao passo que a migração para o partido de sustentação do regime, a Arena, foi o caminho da maioria dos ex-libertadores que se elegeram às legislaturas do bipartidarismo na Câmara dos Deputados, registra-se um único caso de migração à oposição moderada, protagonizado pelo gaúcho Paulo Brossard.

Ainda estudante da Faculdade de Direito de Porto Alegre, Brossard aderiu ao PL em fins de 1945 e disputou, já em 1947, o posto de deputado estadual, não sendo, no entanto, bem-sucedido. Após uma segunda tentativa de entrar no Legislativo gaúcho, em 1950, Brossard, finalmente, se tornaria deputado estadual no pleito de 1954, posto ao qual foi sucessivamente reeleito em 1954

14. Cf.: Verbete sobre Vasco Amaro no CPDOC.

15. Cf.: Verbete sobre Norberto Schmidt no CPDOC.

e 1958, sempre pela legenda libertadora. O ingresso ao MDB se deu durante o exercício deste último mandato, em meio ao conturbado processo de eleição pela Assembleia Legislativa do sucessor de Ildo Meneghetti na direção do governo gaúcho. Em função das previsões do Ato Institucional nº 3, os governadores estaduais seriam eleitos para o mandato a ser inaugurado em 1967 pelos membros da Assembleia Legislativa em final de mandato. No entanto, a possibilidade de vitória da oposição em diversos estados estratégicos, como o Rio Grande do Sul, levou o regime a promover uma nova onda de cassações, que atingiram, no caso gaúcho, oito deputados emedebistas da Assembleia Legislativa, o que permitiu, ao final, a eleição do arenista Peracchi Barcelos, então ministro do Trabalho do presidente Castelo Branco, ao Piratini.

No momento da eleição de Peracchi Barcelos, Brossard, que coordenou a luta pela candidatura do opositor Ruy Cirne Lima (Bones, 2014) desde seu lançamento, ainda não havia regularizado sua adesão a nenhum dos dois novos partidos¹⁶ após a extinção do PL, cuja supressão, por meio do AI-2, fora, aliás, o motivo de sua demissão do posto de Secretário do Interior e da Justiça do governo Ildo Meneghetti (1962-1966). A adesão ao MDB só seria confirmada após esse evento, estimulada pelas cassações políticas que haviam assegurado a eleição de Barcelos, tendo, mesmo assim, ocorrido a tempo de Brossard concorrer e se eleger deputado federal pelo MDB, em 15 de novembro de 1966 (Nery, 1975).

Enquanto as adesões à Arena dos ex-libertadores eleitos deputados federais durante o bipartidarismo foram vistas como coerentes em função do padrão conservador de formação das alianças políticas pelo PL durante o multipartidarismo (1946-1965), a chegada de Brossard às fileiras do MDB foi cercada de grande estranhamento. Como destacado anteriormente, ao passo que PTB e PSD formavam a principal fonte dos deputados e senadores que deram origem ao MDB, Brossard construíra sua carreira no parlamento gaúcho se opondo ao PTB local. Na eleição de 1954, ele apoiou a candidatura de Ildo Meneghetti ao governo estadual contra Alberto Pasqualini, do PTB. Nas eleições presidenciais de 1960, se opôs mais uma vez ao

16. Apesar das dificuldades encontradas para a sua formação (Kinzo, 1994, 143), o MDB foi criado em 24 de março de 1966, enquanto a Arena teve a sua organização confirmada em 4 de abril do mesmo ano.

PTB, apoiando a candidatura de Jânio Quadros. Por fim, ao longo das sucessivas crises que permearam a ascensão e a permanência de João Goulart à presidência da República, Brossard não se alinhou às políticas do presidente: subordinou o seu apoio à posse de Goulart à aprovação da emenda do parlamentarismo; não votou o plebiscito sobre o retorno ao presidencialismo, criticando a sua realização; liderou a oposição da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul à decretação do estado de sítio, solicitada por Goulart.

Traços de incoerência na adesão de Brossard também emergem em função da dinâmica política gaúcha, constituída a partir de resquícios das clivagens partidárias entre os partidos Conservador, Liberal e Republicano durante o Império.

Daí nasceram as duas grandes vertentes da política do Rio Grande do Sul, neste século. De um lado, PSD, UDN, PRP, PL. Do outro, PTB, MTR (de Fernando Ferrari), PDC. Depois de [19]64 e, particularmente, a partir de 1968, com o AI-5, as coisas começaram a se confundir inteiramente. O PL, que sempre foi a espinha dorsal doutrinária do grupo anti-PTB, foi aos poucos sendo alijado do processo, através da renúncia-protesto de Raul Pilla, da cassação de Brito Velho, do veto à candidatura de Ruy Cirne Lima. Com a entrada de Paulo Brossard no MDB, caiu na oposição o último grande líder dos liberais. (Nery, 1975, 41)

Apesar da frieza com a qual Brossard foi recepcionado no MDB por seus antigos opositores petebistas, o ex-libertador foi capaz de construir uma importante carreira na oposição ao regime sustentado pela maior parte de seus antigos correligionários, apesar de alguns percalços ao longo de sua trajetória emedebista, como o afastamento do partido entre 1968 e 1970. Nesse último ano, apoiado por Pedro Simon, Brossard foi candidato pelo MDB gaúcho ao Senado, perdendo, no entanto, a eleição para os arenistas Tarso Dutra e Daniel Krieger, reeleito senador. Na eleição seguinte, em 1974, na esteira da ampla vitória do MDB ao Senado, Brossard fez, finalmente, sua entrada na câmara alta, onde permaneceu até fins de 1982. Ao longo de seu mandato, tornou-se primeiro vice-presidente do MDB e foi líder da bancada de oposição, entre março de 1978 e março de 1981. No entanto, não conseguiu a reeleição em 1982, sendo derrotado por Carlos Chiarelli, do PDS.

Após essa derrota, Brossard não concorreria a nenhum outro cargo eletivo, empreendendo uma notável carreira no Poder Judiciário. Entre agosto de 1985 e fevereiro de 1986 foi consultor-geral da República, cargo que abandonou para dirigir, até janeiro de 1989, o Ministério da Justiça. Em fevereiro seguinte, foi nomeado ao Superior Tribunal Federal, onde permaneceu até outubro de 1994, quando foi aposentado por atingir 70 anos de idade. Assim, percebe-se que o único caso de imigração libertadora ao MDB foi também aquele em que registra-se a carreira política mais longa dentre os ex-libertadores presentes na Câmara dos Deputados no bipartidarismo, que teria atravessado não apenas o período bipartidário, como também as sucessivas fases de desagregação do regime, ao longo do governo Figueiredo (1979-1985), e de transição à democracia, ao cabo do governo Sarney (1985-1989) (Codato, 2005), o que demonstra as grandes capacidades de Brossard em se realocar em novos contextos político-institucionais.

Conclusão

A trajetória política dos ex-libertadores caracterizou-se por sua longevidade e diversidade de atuação, tanto no período anterior a 1965 quanto no período bipartidário. Aqueles que permaneceram presentes na Câmara dos Deputados eram oriundos, todos, do estado de fundação do PL e no qual ele encontrará a sua maior força, o Rio Grande Sul, o que sublinha uma das principais características do PL: a ligação regional. Em sua maioria, estes remanescentes gaúchos escolheram, no bipartidarismo, todos o mesmo caminho, a Arena. O único caso divergente é o de Paulo Brossard, que ingressou no MDB.

Esta diferença de destino partidário também será acompanhada por uma diferença do ponto de vista da longevidade da carreira política no bipartidarismo e, eventualmente, após este. Enquanto Brossard não apenas alcançou o posto de deputado federal, como também foi eleito senador, em 1974, o que lhe permitiu, após o bipartidarismo, manter-se em postos de destaque seja da estrutura partidária emedebista e, posteriormente, peemedebista, seja do Judiciário, os ex-libertadores que migraram para a Arena sofreram uma gradual perda de importância política, tendo carreiras políticas bem menos longevas e destacadas como a de Brossard.

O progressivo desaparecimento de ex-libertadores da Câmara dos Deputados se deve, portanto, tanto à heterogeneidade e às disputas internas que o partido do regime possuía quanto à sua resistência ao regime. Assim, por um lado, os ex-libertadores foram notadamente afetados por rivalidades herdadas da República, em especial, entre os grupos remanescentes de UDN e PSD, traduzidas em disputas internas à Arena, onde estes grupos instalaram-se após a entrada em vigor do bipartidarismo. Por outro lado, o apoio a um regime ditatorial, em dado momento, entrou em conflito com os antigos princípios libertadores, levando-os a tomarem distância em relação à vida política, como no caso de Brito Velho. Seja pela falta de espaço ou até mesmo da vontade dos ex-libertadores em continuar no Legislativo nacional, seu desaparecimento progressivo pode ser entendido, portanto, a partir da análise do contexto, da formação e da estruturação do bipartidarismo brasileiro e suas relações seja com o sistema partidário anterior, a partir do qual ele se constituiu, e com o sistema partidário posterior, o qual ele estruturou.

Referências

- ABREU, A. A. *et al.* (eds.). (2001). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.
- AMARO, V. (1974). In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.
- BONAVIDES, P. (2000). *Ciência política*. 10. ed. São Paulo: Malheiros.
- BONES, E. (2014). *1966 a conciliação impossível: a candidatura Ruy Cirne Lima ao governo do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Carmen Langaro.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. (1945). *Registro partidário*. Brasília, DF: TSE. Disponível em: [http://www.tse.jus.br/hotSites/registro_partidario/pl/registroProvisorio.htm]. Acesso em 30 jul. 2017.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. (1980). *Anais da Câmara dos Deputados*. Disponível em: [<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/resultadoPesquisaDiscursos.asp?txOrador=Raul+Pilla&txPartido=&txUF=&dtInicio=&dtFim=&txTexto=&txSumario=&basePesq=plenario&CampoOrdenacao=dtSessao&PageSize=50&TipoOrdenacao=DESC&btnPesq=Pesquisar>]. Acesso em 25 jul. 2017.
- BRUN, E. (2013). *O liberalismo do Partido Libertador no contexto de radicalização política de 1963*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade

- Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: [<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/90290>]. Acesso em 1º ago. 2017.
- CODATO, A. N. (2005). Uma história da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 25, p. 83-106.
- CORTÉS, C. E. (2007). *Política gaúcha 1930-1964*. Porto Alegre: Edipucrs.
- COSTA, L. D. *et al.* (2015). O desenho e as fontes da pesquisa com elites parlamentares brasileiras no século XX. In: PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. (orgs.). *Como estudar elites*. Curitiba: Editora da UFPR, p. 63-92.
- FIGUEIREDO, A. (1993). *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra.
- FLEISCHER, D. (1994). Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se voltava contra o feiticeiro. In: SOARES, G. A. D.; D'ARAUJO, M. C. *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, p. 154-197.
- GRINBERG, L. (2009). *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança renovadora Nacional (Arena) 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- KINZO, M. D. G. (1988). *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966-79*. São Paulo: Vértice.
- KINZO, M. d'A. G. (1980). Novos partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, B. (org.). *Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*. Petrópolis: Vozes, p. 217-238.
- KINZO, M. d'A. G. (1994). O legado oposicionista do MDB: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. In: SOARES, G. A. D.; D'ARAÚJO, M. C. (orgs.). *21 Anos de regime militar*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, p. 142-153.
- LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. (1986). *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.
- MADEIRA, R. M. (2002). *Arena ou Arenas?: a coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: [<http://hdl.handle.net/10183/4195>]. Acesso em 2 ago. 2017.
- MADEIRA, R. M. (2007). Integração vertical e estabilidade de carreiras políticas: uma análise da trajetória política dos deputados federais da Arena gaúcha. *Revista Política e Sociedade*, vol. 6, n. 10, abr.
- MADEIRA, R. M.; GERARDI, D. A. (2014). O regime civil-militar e a política local: uma proposta de tipologia para análise de recrutamento e padrões de carreira de prefeitos nomeados no Rio Grande do Sul. *Teoria & Pesquisa*, vol. 23, n. 2, p. 150-177.
- MAINWARING, S.; BRINKS, D.; PÉREZ-LIÑÁN, A. (2001). Classificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999. *Dados*, vol. 44, n. 4, p. 645-687.

- MIGUEL, L. F. (2003). Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição ao congresso brasileiro. *Revista Sociologia Política*, n. 20, p. 115-134.
- NERY, S. (1975). *As 16 derrotas que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. (1988). *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice.
- PARTIDO Libertador. (1945). *Programa e Lei Orgânica*. Porto Alegre: Partido Libertador.
- SCHMIDT, N. H. (1974). In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV.
- SCHMITT, R. (2000). *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SKIDMORE, T. E. (1982). *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TAUFFER, P. R. (2008). *Partido Libertador: formação e atuação política*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. Disponível em: [<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4709>]. Acesso em 25 jul. 2017.